

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco
Petrolina / PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco
CNPJ/MF nº 04.237.413/0001-45

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	92.299	72.454	CIRCULANTE	49.261	40.401
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.585	1.451	DEPÓSITOS (NOTA 10)	42.478	35.504
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	61.260	41.536	Depósitos à Vista	25.403	21.376
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	5	1	Depósitos a Prazo	17.075	14.128
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	61.255	41.535	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	75	84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	25.311	25.380	Recursos em Trânsito de Terceiros	75	84
Operações de Crédito	27.277	27.817	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.708	4.813
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.966)	(2.437)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	31	29
OUTROS CRÉDITOS	3.801	3.498	Sociais e Estatutárias	2.331	471
Rendas a Receber	236	248	Fiscais e Previdenciárias	249	374
Diversos (NOTA 06)	3.608	3.279	Diversas (NOTA 11)	4.097	3.939
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(43)	(29)			
OUTROS VALORES E BENS	342	589			
Outros Valores e Bens	1.033	1.279			
(Provisão para desvalorização)	(691)	(691)			
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	-	1			
NÃO CIRCULANTE	42.126	34.246	NÃO CIRCULANTE	51.841	35.235
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.126	34.246	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	51.841	35.235
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	35.864	29.818	DEPÓSITOS (NOTA 10)	51.841	35.235
Operações de Crédito	37.604	32.786	Depósitos a Prazo	51.841	35.235
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.740)	(2.968)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	1	-			
Diversos	1	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	3.667	3.245	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.323	31.064
Outros Investimentos	3.667	3.245	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	26.425	26.225
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	2.591	1.179	De Domiciliados no País	39.321	39.820
Imóveis de Uso	1.644	744	(Capital a Realizar)	(12.896)	(13.595)
Outras Imobilizações de Uso	2.230	1.577	RESERVAS DE SOBRAS	3.526	2.332
(Depreciação acumulada)	(1.283)	(1.142)	SOBRAS ACUMULADAS	3.372	2.507
INTANGÍVEL (NOTA 09)	3	4	Sobras de Exercícios Anteriores	884	884
Outros Ativos Intangíveis	460	460	Sobras do Exercício	2.488	1.623
(Amortização acumulada)	(457)	(456)			
TOTAL DO ATIVO	134.425	106.700	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	134.425	106.700

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco
CNPJ/MF nº 04.237.413/0001-45

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.291	-	7.291	14.246	1	14.247	13.740	26	13.766
Operações de Crédito	7.291	-	7.291	14.246	1	14.247	13.740	26	13.766
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.149)	(2)	(2.151)	(4.671)	(4)	(4.675)	(5.917)	(2)	(5.919)
Operações de Captação no Mercado	(1.601)	(2)	(1.603)	(3.265)	(4)	(3.269)	(2.608)	(2)	(2.610)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(548)	-	(548)	(1.406)	-	(1.406)	(3.309)	-	(3.309)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.142	(2)	5.140	9.575	(3)	9.572	7.823	24	7.847
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.510)	113	(2.397)	(4.629)	210	(4.419)	(3.898)	(81)	(3.979)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	639	348	987	1.264	627	1.891	784	479	1.263
Rendas de Tarifas Bancárias	468	-	468	924	-	924	871	-	871
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(2.971)	(107)	(3.078)	(5.401)	(181)	(5.582)	(4.377)	(97)	(4.474)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	(1.653)	(108)	(1.761)	(3.112)	(206)	(3.318)	(2.654)	(340)	(2.994)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(16)	(34)	(36)	(31)	(67)	(62)	(25)	(87)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	1	5	6
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	1.907	31	1.938	3.638	59	3.697	3.434	15	3.449
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(882)	(35)	(917)	(1.906)	(58)	(1.964)	(1.895)	(118)	(2.013)
RESULTADO OPERACIONAL	2.632	111	2.743	4.946	207	5.153	3.925	(57)	3.868
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(53)	-	(53)	(81)	-	(81)	8	-	8
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.579	111	2.690	4.865	207	5.072	3.933	(57)	3.876
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(21)	(21)	-	(40)	(40)	-	(14)	(14)
Provisão para Imposto de Renda	-	(10)	(10)	-	(20)	(20)	-	(6)	(6)
Provisão para Contribuição Social	-	(11)	(11)	-	(20)	(20)	-	(8)	(8)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(52)	-	(52)	(114)	-	(114)	(70)	-	(70)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.527	90	2.617	4.751	167	4.918	3.863	(71)	3.792
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	167	(167)	-	(71)	71	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.527	90	2.617	4.918	-	4.918	3.792	-	3.792
REVERSÃO DE OUTRAS RESERVAS	-	-	-	49	-	49	25	-	25
DESTINAÇÕES	-	-	-	(2.479)	-	(2.479)	(2.194)	-	(2.194)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.588)	-	(1.588)	(1.594)	-	(1.594)
Fates - Estatutário	-	-	-	(319)	-	(319)	(334)	-	(334)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(383)	-	(383)	(266)	-	(266)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(189)	-	(189)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.488	-	2.488	1.623	-	1.623

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco

CNPJ/MF nº 04.237.413/0001-45

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Contingências	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	24.080	1.752	184	18	2.702	28.736
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados			-		(1.633)	(1.633)
Outras destinações	-	-	130	55	(185)	-
Capital de associados						
Aumento de capital	7.769	-	-	-	-	7.769
Baixas de capital	(6.972)	-	-	-	-	(6.972)
Reversões de reservas	-	-	(314)	241	25	(48)
Resultado do período	-	-	-	-	3.792	3.792
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(334)	(334)
Reserva Legal - Estatutária	-	266	-	-	(266)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.348	-	-	-	(1.594)	(246)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	26.225	2.018	-	314	2.507	31.064
Mutações do Período	2.145	266	(184)	296	(195)	2.328
Saldos no início do período em 01/01/2019	26.225	2.018	-	314	2.507	31.064
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.202	-	-	-	(1.414)	(212)
Destinações para reservas	-	-	-	671	(206)	465
Outras destinações	-	-	-	-	(3)	(3)
Capital de associados						
Aumento de capital	2.798	-	-	-	-	2.798
Baixas de capital	(3.800)	-	-	-	-	(3.800)
Reversões de reservas	-	-	-	(49)	49	-
Resultado do período	-	-	-	-	4.918	4.918
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(319)	(319)
Reserva Legal - Estatutária	-	383	-	-	(383)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	189	(189)	-
Juros sobre o Capital Próprio					(1.588)	(1.588)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	26.425	2.401	-	1.125	3.372	33.323
Mutações do Período	200	383	-	811	865	2.259
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	26.885	2.018	-	520	3.186	32.609
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	-	-	465	-	465
Capital de associados						
Aumento de capital	1.425	-	-	-	-	1.425
Baixas de capital	(1.885)	-	-	-	-	(1.885)
Reversões de reservas	-	-	-	(49)	49	-
Resultado do período	-	-	-	-	2.616	2.616
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(319)	(319)
Reserva Legal - Estatutária	-	383	-	-	(383)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	189	(189)	-
Juros sobre o Capital Próprio					(1.588)	(1.588)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	26.425	2.401	-	1.125	3.372	33.323
Mutações do Período	(460)	383	-	605	186	714

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco
CNPJ/MF nº 04.237.413/0001-45

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	2.007	3.307	4.587
Resultado do semestre/exercício	2.617	4.918	3.792
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(610)	(1.611)	795
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(394)	(1.699)	719
Provisão para desvalorização de outros créditos	5	14	14
Depreciação do imobilizado de uso	76	144	195
Amortização do intangível	-	2	4
Baixas do ativo permanente	19	28	36
Provisão para passivos contingentes	6	217	163
Destinações ao FATES	(319)	(319)	(334)
Dividendos SicrediPar	(3)	2	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	15.406	(20.893)	5.910
Redução em títulos e valores mobiliários	-	-	60
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	1.023	(4)	(1)
(Aumento) em operações de crédito	(4.209)	(4.278)	(7.907)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.217)	-	-
Redução em outros créditos	(726)	(320)	(1.550)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	205	247	(1)
Aumento em depósitos	17.538	23.580	14.067
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	8	(9)	(550)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(223)	(338)	(377)
Aumento em outras obrigações	3.007	2.015	2.169
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	17.413	(17.586)	10.497
Aquisição de Investimentos	3	(422)	(429)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(552)	(1.584)	(413)
Aplicações no Intangível	13	-	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(536)	(2.006)	(842)
Integralização de capital	1.425	2.798	7.769
Baixa de capital	(1.885)	(3.800)	(6.972)
Juros ao capital próprio	(1.588)	(1.588)	(246)
Distribuição de Sobras	-	(215)	(1.633)
Destinações para reservas	465	465	-
Reversões de reservas	-	-	(48)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.583)	(2.340)	(1.130)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	15.294	(21.932)	8.525
Caixa e equivalente de caixa no início do período	47.546	42.986	34.461
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	62.840	62.840	42.986

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito do Vale do São Francisco - Sicredi Vale do São Francisco ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/12/2000 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	1.585	1.451
Caixa	1.557	1.420
Depósitos bancários	28	31
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	61.255	41.535
Total	62.840	42.986

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	25.577	34.957	60.534	57.827
Financiamentos	1.700	2.647	4.347	2.776
Carteira total	27.277	37.604	64.881	60.603

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.241	1	2.242	1.345
Total	2.241	1	2.242	1.345

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	37.420	30.478	187	152
Nível B	1,00	16.109	12.803	161	128
Nível C	3,00	6.452	8.232	194	247
Nível D	10,00	2.809	4.310	281	431
Nível E	30,00	721	1.180	216	354
Nível F	50,00	1.243	1.186	622	593
Nível G	70,00	936	766	655	536
Nível H	100,00	1.433	2.993	1.433	2.993
Total		67.123	61.948	3.749	5.434

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	256	5.516	9.422	26.662	41.856	36.370
Industrial	55	225	1.006	302	1.588	2.279
Comércio	660	1.551	2.351	2.373	6.935	7.964
Outros Serviços	240	2.493	5.743	8.268	16.744	15.335
Total	1.211	9.785	18.522	37.605	67.123	61.948

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	11.793	17,57	12.882	20,79
50 devedores seguintes	13.329	19,86	13.232	21,36
100 devedores seguintes	11.584	17,26	10.418	16,82
Demais	30.417	45,31	25.416	41,03
Total	67.123	100	61.948	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	5.434	4.701
Constituição de provisão	1.406	3.309
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.091)	(2.576)
Saldo final	3.749	5.434

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 331 (2018 - R\$ 447), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 3.606 (2018 - R\$ 2.973).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	5	23
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	22	452
Adiantamentos por conta de imobilizações	153	153
Devedores por depósitos em garantia	1.088	863
Impostos e contribuições a compensar	-	7
Títulos e créditos a receber (ii)	2.241	1.345
Operações com cartões	27	28
Pendências a regularizar	6	274
Outros	66	134
Total Circulante	3.608	3.279
Títulos e créditos a receber (ii)	1	-
Total não circulante	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	1.033	1.279
Imóveis	1.033	1.279
Despesas antecipadas	-	1
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(691)	(691)
Total Circulante	342	589

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 691 (2018 - R\$ 691) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	3.336	3.000
Sicredi Participações S.A.	329	243
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	1	-
Total	3.667	3.245

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	100.790 ON 228.448 PN	78.009 ON 164.877 PN	1 Quotas	1 Quotas	3.335.947 Quotas	3.000.249 Quotas
Percentual de participação	0,03%	0,03%	0,62%	0,62%	2,06%	2,04%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	329	243	1	1	3.336	3.000

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	3.874	(1.283)	2.591	1.179
Imobilizações em curso	-	420	-	420	129
Terrenos	-	1.125	-	1.125	225
Edificações	4%	519	(139)	380	401
Instalações	10%	535	(475)	60	9
Móveis e equipamentos de uso	10%	527	(287)	240	199
Sistema de comunicação	10%	15	(8)	7	6
Sistema de processamento de dados	20%	658	(345)	313	171
Sistema de segurança	10%	75	(29)	46	39
Intangível (i)		460	(457)	3	4
Outros ativos intangíveis		460	(457)	3	4
Total		4.334	(1.740)	2.594	1.183

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	25.403	-	-	25.403	21.376
Depósitos a prazo	3.766	13.309	51.841	68.916	49.363
Total	29.169	13.309	51.841	94.319	70.739

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Provisão para pagamentos a efetuar	322	273
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 12)	1.078	861
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	8	-
Pendências a regularizar	8	1.094
Operações com cartões	2.288	1.450
Demais fornecedores	28	13
Credores diversos	365	248
Total circulante	4.097	3.939

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	34	10	(10)	34
Cível	1	6	(1)	6
Tributária	826	212	-	1.038
Total	861	228	(11)	1.078

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	34	34
Cível	Provável	6	1
Tributária	Provável	1.038	826
Total		1.078	861

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	26.425	26.225
Total de associados	4.494	4.373

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 200 (2018 – R\$ 2.145), sendo R\$ 1.202 (2018 – R\$ 0) via integralização de resultados e R\$ 2.798 (2018 – R\$ 7.769), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.800 (2018 – R\$ 6.972).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 12% foram para a Reserva Legal, 10% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	4.958	3.806
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.487)	(1.218)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Receita com atos cooperativos	966	-
Juros sobre capital próprio	476	510
Prejuízo fiscal	18	-
Lucros e dividendos	4	-
Outros	(18)	694
Subtotal	1.447	1.204
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(40)	(14)

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	61.255	41.535
Outros Créditos - Rendas a receber	26	36
Investimentos (Nota 08)	3.666	3.244
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 11)	2.280	1.412
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	95	96
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 17)	2.772	2.297
Despesas		
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 16)	54	21
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	1.129	761

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	506	1,99%	208
Depósitos a prazo	4.035	5,85%	4.037
Operações de crédito	356	0,55%	562

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.562	1.342

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	86	66
Despesa de aluguéis	128	90
Despesa de comunicação	158	170
Despesa de manutenção e conservação	221	183
Despesa de material	121	62
Despesa processamento dados	136	126
Despesa de promoções e relações públicas	86	80
Despesa de propaganda e publicidade	82	53
Despesa de seguro	22	8
Despesa de serviços do sistema financeiro	402	369
Despesa de serviços de terceiros	87	31
Despesa de serviços de vigilância e segurança	155	159
Despesa de serviços de técnicos especializados	380	330
Despesa de serviços de transportes	176	253
Despesa de viagem	109	83
Despesa de depreciação e amortização	146	196
Despesa CAD - Rateio Central	152	172
Emolumentos judiciais, cartorais e taxas diversas	121	69
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	271	337
Outras despesas administrativas	279	157
Total	3.318	2.994

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	75	379
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	2.759	2.293
Reversão de provisões operacionais	280	166
Absorção de dispêndios - FATES	338	377
Outras rendas operacionais	245	234
Total	3.697	3.449

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	42	423
Contribuições Cooperativistas	49	44
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	61	26
Contribuição Confederação Sicredi	579	4
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	425	713
Encargos da administração financeira	14	1
Repasse administradora de Cartões	36	-
Despesas de descontos de rendas e juros	321	75
Despesas de Cartões - emissão, postagem e processamento	100	154
Outras provisões operacionais	174	79
Outras despesas operacionais	163	494
Total	1.964	2.013

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	823	-
Total	823	-

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	32.991	30.817
Nível I (NI)	32.991	30.817
Capital principal - CP	32.991	30.817
Capital social	26.425	26.225
Reservas de capital	3.526	2.332
Lucros acumulados	3.372	2.507
Ajustes Prudenciais	(332)	(247)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	81.635	71.100
Margem de Capital (i)	23.069	22.285
Índice de Basileia (PR / RWA)	40,41%	43,34%
Situação de Imobilização (Imob)	2.591	1.180
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,85%	3,83%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Benedyto Savio de Lima e Silva
Diretor Presidente
CPF: 303.088.444-91

Edson de Lima Cavalcanti Ramos
Diretor Administrativo
CPF: 169.309.834-20

Gabriel Alves de Oliveira Junior
Diretor Financeiro
CPF: 570.214.735-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20